

A CASA NO MUNDO: QUESTÕES SOBRE AS NECESSIDADES HABITACIONAIS DOS MORADORES “ORDINÁRIOS” E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA HABITAÇÃO

Patrícia Carla Smith Galvão*

RESUMO: *Este trabalho compõe-se de uma análise crítica das ações de habitação desenvolvidas no Estado da Bahia, através do Programa Viver Melhor, no período compreendido entre os anos 1995/96 até o ano de 2004. O estudo apresenta, no âmbito da gestão pública, questionamentos acerca do posicionamento da perícia/técnica diante as necessidades habitacionais dos moradores ordinários. Estão destacados aspectos referentes a algumas das representações que constituem os discursos de peritos da habitação - seu caráter estereotipado, simplista e redutor -, algumas das possíveis causas para seu uso recorrente e as principais implicações, tanto para os habitantes comuns, como também para a gestão dessas formas de pensar esse universo ordinário. Por último, são apresentadas alternativas para a viabilidade de uma “construção” mais democrática e cidadã da casa no mundo e para a concepção de uma perícia mais eficaz.*

Palavras-chave: Gestão pública habitacional; Representações sociais; Efetivação da cidadania

INTRODUÇÃO

O primeiro ponto a ser esclarecido trata da ousadia em escrever, mesmo sendo este um texto desenvolvido a partir de um curso de Especialização em Gestão Pública Governamental, privilegiando o estudo de aspectos que não aqueles técnico-científicos priorizados pela gestão: o planejamento, a normatização, os orçamentos, a contabilidade pública etc. De tal forma, estarão sendo considerados em primazia elementos que embora não façam parte, comumente, do conjunto de instrumentos gerenciais com o qual a gestão se encontra habituada a lidar, originários de outras áreas de saber tais como sociologia, lingüística ou comunicação são indispensáveis, todavia, ao alcance da dimensão por onde se pretende encaminhar as análises referentes à casa no mundo. Vale acrescentar que estas reflexões – realizadas a partir de uma concepção interdisciplinar - podem trazer um acréscimo significativo ao campo teórico/reflexivo que envolve a gestão, seus objetos e suas práticas, o que justifica, também, o estudo aqui apresentado.

Uma segunda advertência trata de aclarar sobre o fato de a maior parte do texto ter sido elaborada, utilizando-se uma linguagem informal, ponderando-se acerca dos ingredientes que despontam em discursos de indivíduos gestores quando estes se referem à casa e aos moradores ordinários, buscando compreender como aquelas representações interferem nas práticas destinadas à “organização” daquele universo. É também a partir desse ponto de vista, de caráter subjetivo, e das constatações que passam a ser vislumbradas, que são regidas as conclusões e sugestões finais desse trabalho. Salienta-se, entretanto, que os discursos daquelas gerentes não são tomados de maneira particular, sendo entendidos como interlocuções possíveis a muitos outros sujeitos, representantes de um conjunto de pessoas. Do mesmo modo que as críticas, derivadas das apreciações aqui realizadas, longe de serem destinadas a indivíduos particulares, são direcionadas a uma forma de pensar que se pode considerar partilhada por um grande

* Graduada em Comunicação Social e Especialista em Gestão Pública Governamental pela Universidade do Estado da Bahia/ UNEB; pagusmith@yahoo.com.br.

número de agentes responsáveis pela execução de ações públicas habitacionais ou até, de maneira bastante genérica, pelo ente público.

O foco principal e também a maior motivação do estudo que se apresenta é estar a alertar para o fato de que a técnica perita que “cuida” das questões habitacionais em nossas cidades – assunto de extrema importância social - embora se apresente auto-suficiente, imaginando-se sem defeitos e procurando ver/indicar apenas o defeito nos outros (os moradores), é por demais ineficaz na transformação da realidade na qual se propõe interferir. É nesse ponto onde está refletida uma outra análise introdutória sobre a evidência de como a gestão é simplista em suas concepções, multipartida, pelas quais os peritos acabam “conhecendo” pouco de um processo que é por demais complexo e que, em contrapartida, a tantos cidadãos interessa. Assim, suas representações permitem a criação de metonímias que estão implícitas em seus discursos: a vida é só ter uma casa, a dignidade é apenas possuir uma habitação, a cidadania efetua-se unicamente pela consecução da casa e a prática ordinária é somente aquela onde se executa a venda da unidade habitacional subsidiada.

Mas para um MUNDO, esse, descrito pela gestão, é um mundo muito simples, e o discurso que o noticia é um discurso de não-conferência: não há diagnóstico, não há avaliação, não há aproximação, fazendo-se necessário, pois, passar a aceitar a realidade a partir de outras óticas, desenvolvendo mecanismos novos que viabilizem engendrar uma forma diversa (mais sensível e respeitosa) de se relacionar com os indivíduos moradores e, também, de prestar-lhes serviço.

A GESTÃO DA CASA

A trajetória das políticas de habitação executadas nacionalmente, com reflexo nas ações desenvolvidas dentro do nosso Estado, revela-nos uma centralização inicial no que concernia ao planejamento e decisões direcionadas a essa temática e a implementação de programas que não buscavam tratar localmente as questões habitacionais. Tais características (centralização e distanciamento), assim como o caráter superficial, pulverizado e clientelista que marcou os vários momentos da atuação do Estado brasileiro diante da habitação (a partir da adoção de modelos de financiamento que priorizavam as camadas da população capazes de trazer retorno econômico aos sistemas habitacionais), acabaram por minar, durante longo período, a utilização maciça dos recursos e esforços provindos do poder público em prol do ordenamento das cidades e da universalização da moradia digna para a maior população brasileira. O que decorre desta espécie de abandono muito já foi referido: “Como uma grande parcela da população não teve acesso ao financiamento, em alternativa ela empreendeu um outro processo, como a autoconstrução e a expansão desordenada” (CASTRO, 2001: 17). Trata-se de grandes áreas desalinhadas, fugidias ao “planejamento formal”, que “crescem à revelia dos parâmetros urbanísticos, com infra-estrutura e edificações precárias, deficiência de áreas verdes e abertas, carentes de acessibilidade segura, de equipamentos sociais e conforto coletivo, elementos esses essenciais para atingir-se condições de habitabilidade digna” (GORDILHO SOUZA, 2000: 53,54).

Somente no início da década de 1990 houve em nosso País, à custa de pressões externas exercidas pelos agentes internacionais de financiamento (BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e o BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento), pelos interesses comerciais de terceiros e também pela pressão de movimentos sociais organizados, os primeiros indicativos da propensão em olhar para este “outro território da cidade”, em direção ao enfrentamento do déficit habitacional ali encontrado. Assim, novas diretrizes da política nacional de habitação começam a indicar uma mudança nos programas

governamentais de financiamento habitacional, pautados em recomendações inusitadas, a saber: a descentralização da elaboração e execução final dos programas, passando a serem implementados a partir das esferas estaduais e municipais; a integração da política urbana através das ações de saneamento básico, geração de renda e regularização fundiária; a contemplação de parcerias com ONG's e com a sociedade civil; a previsão da proteção quanto ao despejo forçado e remoção, com o objetivo de oferecer amparo às populações de baixa renda; e até a possibilidade da utilização de tecnologias diversificadas, inclusive locais, no intuito de otimizar os recursos para a construção (CASTRO, 2001:19).

Embora a adoção desses novos programas federais tenha trazido algumas perspectivas no tratamento dos problemas de habitação nas cidades brasileiras, não se pode negar que a maior parte das iniciativas daí derivadas viesse a se caracterizar na prática como “boa retórica para uma realidade que ainda permanece perversa e cruel para a população de baixa renda.” (CASTRO, 2001:18), principalmente se, objetivamente, estivermos relacionando as carências habitacionais com a exclusão social que ultrapassa a esfera habitacional e que se vem acentuando, progressivamente, em nossa sociedade. Deste modo, o local e as características da habitação dos milhares e milhares de brasileiros que foram preteridos urbanisticamente apenas representam, como símbolo concreto, um outro lado da segmentação que aí se processa, servindo de ilustração para grande parte das “faltas” e “carências” às quais está submetida a maior parte da nossa população: falta a distribuição de terra, falta a educação de qualidade, falta o emprego, o amparo social ...

De outra feita, os movimentos e as discussões realizadas posteriormente, assim como a criação de instrumentos específicos e procedentes para a normalização desses aspectos, a exemplo da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), não se têm demonstrado suficientes para se fazerem executar ações habitacionais eficazes. Mais presentemente, o que se percebe é que as demandas sobre a “habitação digna” foram incorporadas, juntamente com os demais temas correlatos, em propostas amplas que pretendem favorecer, através “da articulação das políticas sociais urbanas e de desenvolvimento”, a inclusão social, o combate à pobreza e à violência, a redistribuição dos direitos e a redução das desigualdades¹. Questões dessa ordem indicam que o próprio Estado compreende a complexidade das contendas habitacionais, não podendo, portanto, tratá-la de modo isolado, segmentado. Paralelamente a essa constatação, o conhecimento sobre o conteúdo das últimas proposições, visando a eficácia das iniciativas governamentais em frente da habitação, possibilita-nos indagar, que se as circunstâncias atuais permanecem sem alterações significativas, não é por falta de boas propostas para o tratamento das questões/fragilidades da “casa no mundo”. Resta-nos, todavia, a suspeição de que os verdadeiros motivos para o enfrentamento dessa problemática encontram-se guardados não nos projetos executivos propostos pela Gestão, mas na distância existente entre o planejamento e o mundo das ações, refletida no cotidiano dos milhares de moradores “comuns” que habitam precariamente nossas cidades.

A casa baiana: um tipo exportação?

Seguindo a tendência nacional, é pelo período de 1995/1996 que, em nosso estado, começam a ser constatadas as primeiras modificações na gestão habitacional. Através do

¹ Estas são idéias retiradas de documentos discutidos na 1ª Conferência das Cidades da Bahia, realizada, por iniciativa estadual, em setembro/2003. Referem-se a itens que constam do relatório sobre a Habitação, levantados a partir de 22 encontros regionais com representação de 291 municípios baianos e participação de 4.683 pessoas. Compõem a proposta do estado baiano apresentada na Primeira Conferência Nacional das Cidades, realizada pelo Ministério de Estado das Cidades em outubro do mesmo ano.

*Programa Viver Melhor*², implantado pela URBIS³, o Estado passa a gerir suas ações voltadas especificamente para a habitação em áreas carentes.

Foram atingidas principalmente as áreas de “invasão” – algumas localizadas em glebas remanescentes de conjuntos habitacionais construídos no passado pela própria URBIS, melhorando-se a infra-estrutura e substituindo-se algumas habitações relocadas na própria área, num total de 5.089 unidades. Representam investimentos vultosos, com impactos significativos comparados a momentos anteriores, constituindo, em termos de novas unidades habitacionais, 22% do total produzido até 1986 para a RMS. (GORDILHO SOUZA, 2000: 61)

As ações do Viver Melhor, superam, não apenas no quantitativo, o modelo adotado anteriormente. Mas, infelizmente, as novas ações não se encontram livres de censuras, recebendo críticas diversas: objetivamente, “acusam-nas” de não serem capazes de atender à grande demanda, pela falta de qualidade nas obras realizadas e pela ausência de manutenção daquilo que fora construído; quanto às questões subjetivas, indagam se o Programa tem sido capaz de realmente atingir seu fim – o de oferecer uma melhor qualidade do habitar, contribuindo para o resgate da cidadania da população de menor renda⁴, já que suas ações, na prática, possuem um caráter restrito, sem a complementaridade por iniciativas indispensáveis quando o que se pretende oferecer é a quebra de barreiras segregadoras. Há também indagações que põem em xeque a legitimidade do referido Programa, levando-se em consideração a pouca ou quase inexistente abertura para participação popular (através da discussão dos tópicos habitacionais entre os segmentos comunitários, acadêmicos, etc) na elaboração, condução, avaliação crítica e efetividade das ações públicas referentes a esta temática⁵.

Vale ressaltar, todavia, que as críticas ao Viver Melhor não vêm de uma única fonte, sendo comum encontrarmos exemplos (em textos acadêmicos ou naqueles veiculados através dos meios de comunicação) que apontam a insuficiência ou equívocos do que tem sido realizado pelo poder público. A este respeito, têm-se as afirmações do professor Luís Antônio de Souza:

Na medida em que você cria uma cidade segregada, como foi transformada Salvador, onde determinados grupos sociais não têm contato com outros grupos sociais, esse grupo social bem situado economicamente passa a encarar o outro grupo carente como suspeito, ainda mais numa sociedade preconceituosa e racista onde o negro é sempre malvisto. A criação dessa sociedade segregada, que tem raiz no modelo urbanístico, eu acho que isso contribui para o alastramento da violência. Uma questão que considero importante evidenciar é a

² Financiado através de programas federais: o Pró-Moradia, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e o Habitar-Brasil, com recursos do Orçamento Geral da União – OGU; complementados por empréstimos externos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Mundial (BIRD), e por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Possui contra-partida dos Estados e Municípios. O repasse dos valores dá-se por intermediação da Caixa Econômica Federal (CEF). Para maiores detalhes ver CASTRO, Cássio (2000).

³ A empresa de Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS) foi criada em 1965 para operacionalizar a política habitacional do Governo do Estado, vinculada estruturalmente à então Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social. A partir de 1996, inicia a execução do Programa Viver Melhor, sendo liquidada em 1998, quando suas atribuições são repassadas para a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER. Informações disponíveis em site institucional, acessado através do seguinte endereço eletrônico: [www.http//conder.ba.gov.br](http://conder.ba.gov.br)

⁴ Informações referentes ao Viver melhor podem ser adquiridas junto ao site institucional da CONDER.

⁵ Itens levantados a partir de pesquisa realizada por alunos de urbanismo da Universidade do Estado da Bahia, durante o ano de 2001, orientada pela professora/doutora, Débora Nunes, e condensada na monografia de Cássio Castro (2001).

qualidade da habitação. Nos apartamentos e em casas populares financiadas com dinheiro público, pensadas para famílias de cinco, seis pessoas, todo o imóvel equivale a uma sala de uma família de classe média alta. Nesse aspecto, não só a falta de escolas, lazer, educação, mas também a qualidade da própria arquitetura voltada para as populações mais pobres tem um aspecto desumanizante. (SOUZA: 2003, 12 e 13)

Todos esses elementos fazem parte de um contexto complexo e imbricado que possui como nascedouro uma concepção técnica/política que está a priorizar interesses não descritos nos textos que apresentam os programas habitacionais. Observando as demais críticas acerca das práticas voltadas para a habitação, nota-se que não há uma unidade no procedimento realizado pelo ente governamental, o que parece indicar motivos outros, determinantes, para a eficácia das intervenções propostas pela agência pública:

Com quase três milhões de habitantes, a primeira capital do País tem 80% de sua área preenchida pela informalidade, que se traduz nas invasões de tijolo nu, hoje consolidadas. Os 20% restantes recebem a maior parte dos investimentos oficiais, o que assegura a modernidade necessária à florescente indústria turística, um dos principais sustentáculos econômicos da cidade. (BANDEIRA, 2002: 04).

De fato, não faltarão exemplos que demonstrem a desigualdade no direcionamento da aplicação de investimentos públicos entre diversas áreas dessa metrópole, podendo ser também aferidos (e aí de maneira bastante cruel) se comparadas entre si as localidades atendidas com intervenções do Viver Melhor. Torna-se improvável dissociar, também, os exemplos que contam da eficácia das ações realizadas por este programa - especificamente daqueles que se restringem a áreas com grande visibilidade (Gamboa, Candeal, Bonocô, etc) -, com uma preocupação em agradar em primazia não os moradores ordinários. Ocorre que para essa conduta, no modo de ver da gestão, há argumento irrefutável, pois “diferentemente da cidade industrial, a cidade do espetáculo, consumida enquanto ambiente, não pode ignorar a amplitude da pobreza, as carências físicas no espaço construído e as deficiências de conforto, sob pena de inviabilizá-la”. (GORDILHO SOUZA, 2000:55).

Com efeito, vários são os ingredientes que favorecem o surgimento desse modelo estereotipado de apresentação da cidade, voltado para a visita ou, no máximo, para o habitante extraordinário, deixando de lado um tipo de reprodução do cotidiano e de seus aspectos comuns. Grande parte desses ingredientes passa por um certo estreitamento na percepção do que seriam as potencialidades baianas e que, mesmo justificadas historicamente, não dão conta de encobrir uma certa indisposição em transformar os modelos de reprodução sócio econômica e política até então empregados, ou muito menos de desculpar a injustiça e a desigualdade que representa o atendimento desigual desses proveitos.

Um mapa da casa no mundo: idéias em construção

Buscando aprofundar essas análises, até mesmo, no sentido de criar mecanismos que possibilitassem uma contra-argumentação para aquilo que até o momento havia sido inferido, buscou-se promover uma aproximação com o “mundo” dos gestores habitacionais. Para tanto,

foram realizadas entrevistas semi-estruturadas⁶ com as gerentes responsáveis pela execução do Viver Melhor sendo que, a partir desses contatos, tornou-se possível o acesso a informações que, dentro das perspectivas dos profissionais que estão a responder por este Programa, apresentam a forma como têm sido pautadas, na prática, suas ações.

Na conversa com a primeira gerente, encarregada da comercialização e regulamentação das unidades habitacionais construídas pelo Estado, um dos primeiros pontos a ser discutido foi sobre a mudança interna (ampliação do número de setores) ocorrida naquela empresa por conta da proporção tomada pelo referido programa. Posteriormente, o diálogo acaba sendo direcionado para a preocupação dessa gerente com a vendagem de casas pelos indivíduos “contemplados” pela entidade governamental, em referência ao aparente “fracasso” do projeto implementado pela CONDER, denominado Coutos I. Trata-se da construção de um conjunto habitacional voltado para a habitação de pessoas em “situação de rua” que pudesse proporcionar, mais do que oportunidades de habitação, condições de apoio social e de incentivo à produção de renda. Ocorre que existem informações que dão conta de comunicar sobre a vendagem, pelos próprios moradores, daquelas unidades habitacionais, o que justifica a preocupação, assim como também a surpresa dos executores do projeto que não contavam, diante da proposta “imperdível” feita pelo Estado, com o surgimento dessas ocorrências. Havia, entretanto, em torno daquela preocupação, uma inconsistência fundamental: ao ser indagada, a gerente não sabia demonstrar um quantitativo que pudesse revelar o peso das “anormalidades” encontradas, já que não há histórico, dentro daquela instituição, de estudos e/ou diagnósticos que pudessem constituir um indicador numérico capaz de dimensionar e comprovar a ocorrência daqueles fatos.

Na entrevista com a outra técnica, a gerente de Programas Especiais/Viver Melhor, ainda que não tenha sido confirmado o que fora dito anteriormente quanto à ausência de um projeto voltado para o acompanhamento e avaliação das ações realizadas, tem-se, ainda, a predominância do tema sobre a vendagem de casas subsidiadas pelo governo. Nesse momento também é possível observar o caráter vago, genérico e superficial das informações transmitidas⁷.

... É, no caso, em Jaguaribe, setor A, foram 170 casas que foram construídas e foram doadas; foi feito um documento de doação durante cinco anos, renováveis por mais 5 e eles passaram...” (grifo nosso)

Passaram, venderam a casa?

Venderam.

E foram pra onde?

Invadir outro lugar. Faz dinheiro. É uma geração de renda...

Com estas palavras, a gerente nos apresenta uma maneira comum de tratar os moradores “informais”, pondo-os todos eles em uma mesma condição; mas há ainda outras expressões que dão visibilidade às representações simplistas feitas ao universo dos moradores ordinários. Deste modo, voltando-se a falar das formas de contratação entre a gestão e seus clientes moradores e questionado-se sobre as possibilidades de compreensão plena quanto aos requisitos e obrigações gerados a partir da assinatura de um determinado documento (termo de adesão), a gerente se pronuncia com as seguintes assertivas:

⁶ Os contatos foram realizados entre os dias 16 e 19 de setembro de 2003. Por uma questão ética, os nomes das gerentes serão aqui omitidos, entretanto, esta autora guarda (entre seus materiais de pesquisa), para conferência e averiguação do que está sendo relatado, fitas K-7 onde estão gravadas tais declarações.

⁷ Julgando necessário para uma melhor compreensão, em alguns casos, foram transcritas, além das respostas da entrevistada, as perguntas (partes em negrito) feitas por esta autora.

Agora, eu acho que não é uma grande quantidade que quando pega o termo de adesão, por exemplo, lê, sabe o que está lá escrito, compreende, sabe o que pode, o que não pode...

Uns não, porque bota o dedo, mas a gente explica pra eles o que é.

Mas, e se depois perguntar do que se trata aquilo?

É e ainda tem isso!.. Porque às vezes a gente negocia com a filha e entra a mãe ou vice versa, ou com o marido e o marido não está nem aí. Às vezes recebe a indenização, dá na mulher, pega o dinheiro, bota no bolso e vai embora, abandona a família...

Torna-se claro que, na tentativa de formular uma réplica que tivesse como premissa aventar alguma possibilidade de incompreensão por parte dos moradores sobre aquele instrumento formal, o diálogo acaba sendo novamente direcionado às práticas dos indivíduos ordinários, principalmente quando a gerente menciona as possibilidades de incompreensão do termo (muito mais no sentido de desconhecê-lo) com as “dificuldades” de relacionamento dessas pessoas: ora questiona-se a relação mãe e filho, ora a de marido e mulher e, deste modo, não apenas as suas práticas, mas também os seus sentimentos e as suas formas de lidar com o outro é que estão sendo vítimas da *incompreensão, da superficialidade e do preconceito*.

Diante de tais idéias, ressalta-se que estar atento às palavras e às possibilidades de significação dos discursos proferidos é habilitar-se no intuito de “compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990:17). Faz-se necessário, pois, avaliar as “formas primitivas de classificação” que por um processo de “incorporação ‘automático’ das estruturas sociais” dão sentidos aos objetos. Estas formas de significação passam a estar diluídas na sociedade, constituindo/ditando um senso comum, sugestionando “de maneira universal no âmbito de certa jurisdição territorial, um princípio comum de visão e de divisão, ou seja, estruturas cognitivas e avaliativas idênticas ou semelhantes” (BOURDIEU, 2001:209). Mantendo em mente o raciocínio anterior, é preciso complementar que, no rol de características que constituem o estereótipo dos moradores ordinários, figuram circunstâncias ainda mais comprometedoras. A exemplo, toma-se mais uma das “sentenças” da Sra. Gerente de Programas Especiais/Viver Melhor da CONDER:

Eu acho que eles têm que ter a noção do bem maior do imóvel como forma de sustentação de uma família, de abrigo, de proteção. Que é uma cultura nossa, que não é a deles. A deles é eles ocupam aqui, toma, eles invadem ali, e tal, vão, eles não têm muito apego a esse imóvel, culturalmente falando, mas a gente quer tentar dar isso a eles, transformar ele num cidadão, e pra ele ser cidadão ele tem que ter uma identidade, tem que ter pelo menos um endereço... (grifo nosso)

Com esse discurso, acaba-se por revelar as desigualdades postas entre indivíduos, sobreposições entre atores/lugares sociais. Configura-se, pois, além da idéia de diferenciação, um sentido de redução bastante evidenciado. Tem-se, portanto, em premissa, o fato de tomar os outros como seres viventes de um mundo que não é o seu, habitantes de um *não-lugar* estigmatizado, complexo (em seu sentido negativo), de caráter duvidoso e repleto de imperícias, nesse caso, pela incoerência de *escolherem* viver submetidos às circunstâncias de moradia “subnormais”, “degradadas”, “indignas”: adjetivos que passam a compor concretamente uma “realidade” e a constituir a “força do estigma territorial imposto”, com implicações diárias, e que, segundo Wacquant, “não devem ser subestimadas” porque:

Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas, nos mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre a degradação simbólica e o desmantelamento ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, “assinaladas” pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos políticos, tudo isso colaborando para a acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias socióforas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva. (WACQUANT, 2001:32 e33)

Do “tudo-nulificado” origina-se uma segregação social completa, demonstrada concretamente nos espaços das nossas cidades, formada por categoriais antagônicas, desintegradas e, sobretudo, hierarquizadas entre si. Como agravante, tem-se o estilhaçar da condição de existência dos indivíduos ordinários, pois sofrendo o confisco da sua imagem cidadã e estando excluídos do mundo a ser compartilhado, passam a estar relegados a uma vida dessemelhante, “minguada”, quase morta... “E talvez seja a melhor imagem da exclusão social. Homens e mulheres que não são mais vistos como tais por seus semelhantes. E talvez já não se sintam também como tais. É como num jogo de espelho invertido: não há reflexo, não há retorno, mas fuga, distanciamento. Exclusão.” (NASCIMENTO, 2000: 56). A partir dessas circunstâncias, distancia-se cada vez mais da possibilidade de se ver implementada a cidadania plena em nossa sociedade, porque a verdadeira

‘Cidadania’, no sentido de *Staatsbürger* requer direitos iguais para todos ante a administração pública. A Lei Universal se transforma em atenção geral ao público por parte de uma ‘burocracia emancipatória’. Pode parecer uma *contradictio in adjecto*, mas não é: emancipação requer – entre outras coisas – o direito de ser tratado sem discriminação como pessoa, com rosto e dignidade do cidadão, pelas autoridades públicas. (NITSCH, 2001, 349)

Eis que, por meio dessa citação, apresenta-se outro ponto constituinte de um novo contrasenso; mas, dessa vez, apenas na aparência. É preciso considerar que são palavras de um representante do governo que estão a evidenciar, portanto, a fundamentar o preconceito, o estigma, a exclusão. Trata-se, pois, conforme nos alerta Enriquez, de uma postura de defesa que visa ao mesmo tempo encobrir os erros, os preconceitos e as imperícias do organismo gestor, ao tempo em que reforça em discurso “as fraquezas” e “impotências” dos moradores ordinários.

Em síntese, o que essas teorias refletem é o medo do outro, o temor que referências pessoais sejam questionadas, é a negação dos outros e a fuga no julgamento do chefe e do pai. Querendo evitar a confrontação difícil, elas não podem admitir a existência de um conflito estrutural, o qual só concebem preâmbulo de desordem, ou mesmo de anarquia. Recusam a idéia de que os “gritos”, a desordem, possam contribuir para o avanço das sociedades. Sonham com um mundo imóvel onde porta-vozes estariam garantidos contra qualquer oposição e se abrigariam contra qualquer tempestade. Tais concepções culminam em uma tecnocracia e uma “meritocracia” que só concede poder aos

experts da coisa pública ou àqueles que se consideram como tal. (ENRIQUEZ, 1990: 254)

É dessa estranheza, cumpre assinalar, de onde derivam condições para o exercício da prática amoral atribuída à gestão (a de não reconhecer em sentido pleno os seus cidadãos), entre outras condutas censuráveis, tais como o clientelismo, o patrimonialismo, o autoritarismo... Tem-se, então, a partir disso, completado o ciclo de ruptura e afastamento entre os homens/cidadãos e homens públicos/cidadãos. Por outro lado, é do uso dessa ideologia que se torna vulnerável a gestão, fazendo-a cometer, do alto da sua potência, erros grosseiros (antiéticos) tais como o de excluir dos seus planos aqueles a quem, em sua natureza democrática e representativa, deveria valer. Concorde-se, então, que instaurar a dessemelhança é ir contra a essência da organização social, onde todos, pondo-se como irmãos, partilham igualmente do “festim sacrificatório”, ou seja, do ato fundador da irmandade no qual partilham, inclusive, uma mesma “casa” - “ocasião em que os indivíduos passavam alegremente por cima dos seus próprios interesses e acentuavam a dependência mútua existente entre eles e o seu deus⁸” (FREUD, 1999:138), e que tamanha contravenção, certamente, não ficará sem respostas.

CONCLUSÕES - A CASA RE-ENCANTADA: CONDIÇÕES PARA O APAZIGUAMENTO

No sentido de imaginar alternativas para um fechamento temporário à construção de idéias sobre a casa no mundo, sob a perspectiva de se verem “definidas” possibilidades diversificadas das formas de relacionamento entre a gestão e seus clientes-moradores, será necessário retomar as entrevistas realizadas com as gerentes do Programa Viver Melhor, essencialmente, o trecho conclusivo daquelas conversas. Também nessa parte final parece haver uma unidade entre os dois discursos, com a predominância de aspectos que, dissimulando elementos indicadores de culpa, insistem nas projeções e na legitimidade das práticas realizadas pela gestão, ao mesmo tempo em que sinalizam o desejo em reavaliar suas ações e aproximar-se de seus clientes moradores. Para tanto, em contrapartida, existe uma perspectiva do ente governamental quanto a uma postura ideal a ser tomada pelos indivíduos atendidos pelos programas habitacionais. Nesse sentido, embora não tenham sido esclarecidas objetivamente quais seriam as ações/atitudes dos moradores correspondentes a essa perspectiva, dá-se a entender que poderiam estar relacionadas a um nível razoável de organização, com possibilidades de criar canais de entendimento plausíveis de comunicar, representar e sustentar os desejos e a necessidades do grupo a ser atendido.

Ainda que seja aceitável toda uma discussão em direção contrária, no intuito de questionar a maneira idealizada de participação da comunidade requerida pela gestão, e mesmo diante de notícias que cuidam de demonstrar que a abertura para a participação não faça parte da rotina das ações habitacionais implementadas pelo Estado, estar-se-á considerando a presença desses elementos nos discursos das gerentes um ponto de extrema importância, porque apesar de existirem generalizações, preconceitos, tentativas de manipulação e distanciamento, gerando empecilhos na predisposição a um diálogo entre as partes envolvidas, há também, ao final, uma espécie de reconhecimento da necessidade em se constituir uma relação de colaboração mútua no sentido de que os objetivos propostos pela gestão, mas também de interesse da comunidade, possam ser concretizados.

⁸ O “pai assassinado” (totem), que através da sua morte, viabilizava a igualdade e a união entre seus herdeiros.

O mais significativo é perceber que, ao se realizar este “chamamento”, está-se também a admitir a importância do interlocutor, ou seja, das comunidades, no processo de edificação de circunstâncias onde a “casa no mundo” seja tratada de maneira mais adequada. Está-se, pois, a reconhecer os alvos, no sentido pensado por Bourdieu, e por isso mesmo constata-se que os gestores “não são indiferentes” (BOURDIEU, 1996:140). E do reconhecimento dessa necessidade teríamos uma saída para se tentar construir uma relação com possibilidades de trazer melhores resultados para os dois lados, que favorecessem a identificação/conexão entre estes sujeitos, criando-se possibilidades para a suplantação dos empecilhos até então encontrados, a partir do alcance do entendimento mútuo e da necessária confiança recíproca no outro. (GIDDENS, 1991).

É tempo, pois, de fazer uma atualização! E em vista de especializar-se, a gestão, em primeiro plano, deverá promover uma reavaliação de seus valores, representações e práticas, passando a agregar em seus programas habitacionais o elemento reflexivo de modo a permitir a análise e a reorientação de seus métodos e ações. Da mesma maneira que, implicando-se essa especialização, deve-se passar a aceitar a realidade a partir de uma outra ótica, reconhecer as práticas e os modos de viver diferenciados, pois adotá-los como parte da vida e componente de um mesmo mundo significa poder colaborar mais concretamente para a melhoria dessas realidades e, em conseqüência, atuar com mais eficácia.

Uma ousadia que poderia ser tentada diz respeito à "captação" das experiências dos "engenheiros improvisados" e dos gestores dos barracos urbanos. Aquele fazer tem dado resultados práticos óbvios (mesmo que tecnicamente controvertidos); tem atendido às demandas da grande maioria dos candidatos a morador. Os construtores do barraco, os moradores da favela, realizam verdadeiras obras de contenção de conflitos sociais, basta pensar no que seria a realidade urbana sem esses ingredientes e com os seus usuários desprovidos de teto. As "casas impróprias" são resultado de experiências que mereceriam uma observação mais cuidadosa na tentativa de se tornar viável o enfrentamento do desafio habitacional. Quem sabe não exista nesse aparente caos um conjunto de lógicas que expliquem a "eficácia" da "solução imprópria"?⁹

Do mesmo modo que em termos de discussões das políticas, será necessário desenvolver mecanismos que permitam repartir direitos igualmente, reconhecendo todos os cidadãos/moradores indistintamente, ouvindo as suas vozes, acolhendo seus anseios. Com efeito, como quesito fundamental, devemos fazer ressurgir as “arenas” de discussão democrática - os espaços que viabilizam os encontros “com rosto” e a feitura de compromissos com “palavra” (GIDDENS, 1991). No caso dos moradores, a sua especialização deverá contemplar principalmente um meio de suplantar a culpa pela ilegitimidade, que não permite apontar os verdadeiros devedores e ter o ânimo de dizer: “você é que estão me devendo!”, saindo da posição de passividade e de inconsciência, fazendo valer as suas necessidades e os seus desejos. Posto que

A cidadania concreta passa, portanto, pela possibilidade de fortalecimento das camadas populares de modo que a sociedade seja composta de cidadãos organizados, que saibam reivindicar seus direitos; que tenham autonomia sobre o espaço público. Para que isso seja possível, é necessária a busca da autonomia social. Ser cidadão implica assim o reconhecimento enquanto sujeito histórico capaz de elaborar um projeto alternativo de sociedade, na qual se façam

⁹ Palavras de Tânia Cordeiro, professora do DCH – I, da Universidade do Estado da Bahia. A referida professora orientou a monografia intitulada *A Casa no mundo*, que deu origem ao artigo aqui apresentado.

presentes direitos humanos concretos. A compreensão desse reconhecimento no âmbito da sociedade civil é que faz emergir a autonomia necessária para contestar o instituído. E é dessa cidadania que lhes possibilitará o direito de contestar, reivindicar e propor mudanças. (FREITAS, 2002: 67)

Alcançando-se esse nível de especialização, transcendendo ao tecnicismo, ao individualismo e também à passividade, a casa ofertada pela gestão - constituída em realidade como um "oco", um vazio - poderá agregar "as marcas diferenciadoras", ou mesmo a vitalidade, da "casa pra se viver". E talvez assim vejamos chegar o dia em que não reste palavra a ser dita sobre a construção diferenciada de uma mesma habitação, pois haverá apenas, de fato, uma única casa (comum) a todos nós.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Cláudio. Salvador ostenta 80% de ocupação informal. **Jornal A Tarde**, Local, Bahia, p.04, 29/03/2002.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. (Tradução de Sergio Miceli). RJ: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996, pags. 137-161.

CASTRO, Cássio Marcelo Silva. **A Evolução das Políticas Habitacionais e o atendimento das demandas da população de baixa renda: estudo de caso do Programa Viver Melhor em Salvador**. 122 f. (Monografia para conclusão do curso de bacharelado em Urbanismo) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador/Ba, 2001.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990

ENRIQUEZ, Eugène. **Da Horda ao Estado**: Psicanálise do vínculo social. Tradução de Teresa Cristina Carreteiro e Jacyra Nascuitti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FREITAS, Fábio F. B. Para além da 'estadania': pensando a cidadania como categoria estratégica. In: Paulo Sérgio Costa Neves, Célia D. G. Rique e Fábio F. B. Freitas (organizadores). **Polícia e Democracia**: desafios à Educação em Direitos Humanos. Recife: Gajop; Bagaço, 2002. , p. 49-81.

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu**. Tradução de Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1999.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**; tradução de Raul Fiker, São Paulo: Editora UNESP, 1991.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. RJ: Forense Universitária, 2002, p. 79-99.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In:

BURSZTYN, Marcel (organizador). **No meio da rua – nômandes, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. Cap.02, p. 56-87.

NITSCH, Manfred. Capitalismo Tropical x Cidadania. In: D'INCAO, Maria Ângela (organizadora). **O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização**. São Paulo: Cortez Editora, 2001. Cap. 21, p.341-351.

SOUZA, Ângela Gordilho. Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX. **Revista Bahia Análise & Dados**, vol. 9, n° 4, Salvador, SEI, 2000, pp. 53-73.

SOUZA, Luís Antônio de. Salvador é uma cidade segregada. **Jornal Multicampi** - Universidade do Estado da Bahia, Bahia, n. 07, p. 12 e 13, abril, 2003.

WACQUANT, L. J. D. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro, Revan/Fase, 2001.